



PRIMEIRO FÓRUM PARLAMENTAR
ITÁLIA - AMÉRICA LATINA E CARIBE
DECLARAÇÃO FINAL

Roma, Itália, 5-6 de Outubro de 2015

1. Realizou-se em Roma, na Câmara dos Deputados italiana, nos dias 5 e 6 de Outubro de 2015, o Primeiro Fórum Parlamentar Itália - América Latina e Caribe, sobre o tema "O papel dos Parlamentos na época da globalização: Direitos fundamentais, Participação democrática e Desenvolvimento". O Fórum foi presidido por S. Exa. Pietro Grasso, Presidente do Senado da República italiana, e por S. Exa. Laura Boldrini, Presidente da Câmara dos Deputados italiana.
2. O Fórum, que constitui o viés parlamentar da Conferência Itália-América Latina e Caribe, articulou-se em três sessões que abordaram os seguintes temas: "O papel dos parlamentos na proteção e na promoção dos direitos fundamentais e na luta contra as desigualdades", "Cidadania, participação e democracia: o papel dos Parlamentos" e "Crescimento sustentável, luta contra a pobreza e governança econômica".
3. Participaram do encontro os seguintes países membros do IILA (Instituto Ítalo-Latino Americano): *Argentina, Brasil, Chile, Cuba, El Salvador, Equador, Haiti, Itália, México, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana e Uruguai*, por um total de 32 delegados.
4. Durante o evento foi oportunamente salientada a importância estratégica de reforçar as relações entre a Itália e os Países da América Latina e Caribe, a partir dos laços históricos existentes aos níveis cultural, social e econômico, bem como da mobilidade humana, e o papel, cada vez mais relevante, da diplomacia parlamentar, como instrumento útil para o desenvolvimento do diálogo e para o reforço da amizade entre os povos, tendo como



objetivo favorecer a manutenção e a consolidação de uma zona de paz e progresso.

5. Foi recordado o papel insubstituível dos Parlamentos, como expressão da vontade dos povos e representantes das instâncias políticas dos cidadãos, função que deve ser assegurada e promovida através do encorajamento de todas as iniciativas destinadas a favorecer a mais ampla participação política dos cidadãos, tornando cada vez mais fácil o seu acesso à vida das instituições, inclusive através do uso de meios tecnológicos modernos.
6. Os parlamentos, na sua função de instituições representativas da forma mais ampla do pluralismo político de cada País, desempenham um papel fundamental na afirmação de uma dialética democrática correta entre os diferentes poderes e na representação dos anseios políticos de cada cidadão. O Fórum reafirma a importância de lutar contra todas as formas de interferência indevida de interesses particulares ou de verdadeira corrupção na política, comprometendo os Parlamentos a se apresentarem como instituições transparentes e acessíveis a todas as pessoas.
7. O Fórum acentua que os Parlamentos devem ser as instituições mais ativas na defesa dos direitos humanos e na luta contra as desigualdades, empenhando-se para desenvolver programas de cooperação que envolvam todos os Países da área, com maior atenção para as áreas que registrem taxas de crescimento mais baixas, com o objetivo de reduzir as desigualdades entre os Países e no interior dos mesmos, favorecendo o crescimento e a justiça social e promovendo as condições favoráveis para investimentos e transferência de experiências e know-how.
8. O Fórum tem também como propósito garantir o mais amplo debate sobre as medidas necessárias para alcançar alguns importantes objetivos compartilhados entre os Países da América Latina e Caribe e a Itália, como a proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes, a prevenção da violência contra as mulheres e a promoção, em todos os setores, da igualdade de gênero, luta contra o tráfico de seres humanos, promoção da liberdade de expressão e de



- religião, luta contra qualquer forma de discriminação ou contra tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.
9. O Fórum exorta os países membros do IILA a assegurar os direitos humanos das pessoas em mobilidade humana, sobretudo se se tratar de grupos de atenção prioritária como crianças e adolescentes. Além disso, convida cada país a tomar as decisões no que diz respeito à aquisição da nacionalidade, tendo em conta o princípio do interesse superior da criança.
 10. O Fórum sublinha a primordial importância e a absoluta urgência de adotar programas de cooperação para a sustentabilidade ambiental e a prevenção dos desastres naturais, com o objetivo de evitar e combater as consequências das alterações climáticas. A defesa do planeta é a prioridade absoluta, inclusive porque é evidente que o custo mais oneroso, em termos de efeitos devastantes, desertificação e catástrofes naturais, recai sobre as áreas mais fragilizadas do planeta.
 11. O Fórum expressa seu reconhecimento por aqueles que deram sua contribuição ativa para normalizar as relações entre os Estados Unidos e Cuba, enaltecendo especialmente a ação do Papa Francisco, e aspira à eliminação do embargo que há muitos anos afeta Cuba; além disso, aspira a que a negociação de paz entre o governo da Colômbia e as FARC possa se concluir positivamente, no interesse de toda a população colombiana.
 12. O Fórum reconhece a importância dos processos de reestruturação da dívida soberana que causam um impacto significativo na economia mundial, nos Estados devedores e credores. Neste sentido, promove os esforços da comunidade internacional voltados para facilitar os processos de reestruturação da dívida soberana sem adiamentos e de forma ordenada, visando o crescimento da economia e o desenvolvimento sustentável dos Estados interessados.
 13. O Fórum apoia a louvável iniciativa do IILA sobre o tema das PMEs, que abrirá o caminho para um importante evento no próximo mês de dezembro, e confirma a natureza estratégica da colaboração econômica entre os nossos países, partindo do setor fundamental das



Pequenas e Médias Empresas, no qual a Itália pode ser um país parceiro de relevo, na perspectiva de reduzir a pobreza e as desigualdades sociais e de promover o crescimento das classes médias.

14. O Fórum reafirma a importância das comunidades italianas presentes na América Latina e no Caribe e das comunidades latino-americanas e caribenhas residentes na Itália, extraordinários exemplos de integração e convivência respeitosa dos valores recíprocos, bem como elementos essenciais para o crescimento econômico e cultural em ambas vertentes.
15. O Fórum salienta a importância da Expo 2015, dedicada ao tema «Nutrir o planeta, energia para a vida», cuja realização foi possível graças ao apoio compacto dos países latino-americanos e caribenhos à candidatura italiana. O evento, que registrou uma grande participação dos Países da América Latina e do Caribe, culminou na Carta de Milão, que constitui o legado cultural da Expo e, simultaneamente, um compromisso para o futuro. De fato, através de um processo participativo, os principais especialistas italianos e internacionais deram a sua contribuição para identificar as principais questões que envolvem o uso sustentável dos recursos do planeta. Na futura implementação desse projeto, a integração dos interesses econômicos entre a Itália, a América Latina e o Caribe é de fundamental importância.
16. Enfim, o Fórum destaca a iniciativa "Ano Italiano na América Latina", cuja programação se estenderá até o primeiro semestre de 2016. O Fórum considera essencial promover a difusão das recíprocas culturas, instrumento essencial para favorecer e aprofundar o conhecimento mútuo e, por essa razão, aguarda com interesse todas as iniciativas destinadas a promover o intercâmbio cultural bem como a valorização e a recuperação do patrimônio artístico e arqueológico dos países envolvidos no evento.



Anexo

Propostas de alterações não incluídas na declaração final pois apresentadas após o início dos trabalhos do Fórum, e adotadas como temas de discussão do mesmo:

Artigo adicional apresentado pela Argentina

Os parlamentares da América Latina, Caribe e Itália destacaram a importância das Resoluções das Nações Unidas, designadamente a Resolução 2065 da Assembleia Geral (16 de Dezembro de 1965), que exortam o Reino Unido e a República Argentina a negociar uma solução pacífica e definitiva da controvérsia sobre as Ilhas Malvinas, Georgia do Sul e Sandwich do Sul e os espaços marítimos circunstantes.

Emenda apresentada pelo México

Incluir na Declaração Final, no ponto 7" (do quadro comparativo), o seguinte texto: "Os legisladores da América Latina e da Itália comprometem-se a promover iniciativas para a instituição do direito humano à renda básica (Renda Básica de Cidadania), como forma de distribuição equitativa da riqueza que assegure um nível mínimo comum de participação na economia a todas as pessoas."

Emenda apresentada pela República Dominicana